

Avanço na informática aprimora o Legislativo

Proteger o Congresso dos efeitos do *bug* do milênio e aprimorar suas atividades, aumentando a eficiência e reduzindo custos, são os objetivos da Fábrica de *Software* e do Laboratório Vivo do Legislativo, inaugurados ontem (foto) pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. **Página 7**



CRE aprova tratado que proíbe testes nucleares

Documento proposto pela Assembleia Geral da ONU e assinado pelo Brasil foi acolhido pela Comissão de Relações Exteriores e irá agora ao plenário do Senado. O acordo impede a realização de qualquer explosão nuclear pelos países signatários

Aeroporto recebe nome de Luís Eduardo

Diário Oficial publicou ontem a lei que homenageia o deputado, falecido em abril, dando seu nome ao aeroporto de Salvador. **Página 2**



Senadores debateram com Franco os principais problemas econômicos do país

Presidente do BC afirma que déficit público não é alarmante

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, Gustavo Franco destacou a queda da inflação e previu recuperação econômica. **Página 4**

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares, acompanhando parecer favorável do senador José Agripino Maia. Considerado pelo relator "um ponto de partida, pois os Estados amantes da paz desejariam dar seu aval a um texto mais ambicioso", o acordo foi proposto pela ONU e concluído em 1966, sendo negociado, desde então, pela comunidade internacional. "Estamos fazendo um pacto com Deus", afirmou, satisfeito, o presidente da comissão, senador Romeu Tuma. **Página 5**

Sancionada lei que homenageia Luís Eduardo

Comissão de Orçamento deve examinar LDO hoje

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento, pediu a todos os senadores que a integram que compareçam à reunião de hoje, às 10h, quando será analisada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O senador

afirmou que, resolvidos os impasses maiores, é hora de submeter a lei à votação no Congresso. Suassuna lembrou que, caso a lei não seja aprovada, o Congresso não entra em recesso, marcado constitucionalmente para começar em 1º de julho.



Suassuna convocou comissão

O Diário Oficial publicou ontem a Lei nº 9.661/98, que denomina "Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães" o aeroporto da capital baiana. A mensagem do presidente da República, comunicando a sanção, será lida hoje na sessão do Senado.

A homenagem a Luís Eduardo, falecido em 21 de abril, foi aprovada por unanimidade pelo Senado no dia 28 de maio, na forma do projeto de lei de autoria do deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA). Todos os líderes partidários apoiaram a proposição em nome de suas bancadas.

Agenda

PRÉSIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

11h - Sessão solene deliberativa ordinária
16h - Recebe o presidente do TCU, ministro Homero Santos, acompanhado do ministro Humberto Souto

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária

Terceiro e último dia de discussão em segundo turno do "Substituto à PEC nº 295, que dispõe sobre imunidade parlamentar"; "PLC nº 115/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Maratã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santana do Livramento (RS)"; "PLC nº 117/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Gaúcha S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Porto Alegre (RS)"; "PLC nº 118/97, que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória (ES)"; "PLC nº 119/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à L. A. Pereira e Oliveira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento (RS)"; "PLC nº 120/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cachoeira Paulista (SP)"; "PLC nº 21/98, que autoriza o Poder Executivo a conceder emissão parcial de créditos externos, negociar títulos referentes a créditos externos e receber títulos da dívida do Brasil e de outros países em pagamento"; "Projeto de Resolução nº 49/96, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações"; "Projeto de Resolução nº 34/96, que limita a 98% o percentual máximo de refinanciamento da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios"; "Projeto de Resolução nº 52/96, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo das empresas em que os estados, o Distrito Federal ou os municípios, direta ou indiretamente, detenham a maioria do capital social com direito a voto"; "Projeto de Resolução nº 32/97, que estabelece novos limites de dispêndios com a dívida pública"; "Projeto de Resolução nº 41/97, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização"; "Projeto de Resolução nº 43/97, que acrescenta dispositivo à Resolução nº 69/95"; "Projeto de Resolução nº 101/97, que altera a Resolução nº 69/95, do Senado Federal"; "Projeto de Resolução nº 108/97, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive de garantias, seus limites e condições de autorização"; "Projeto de Resolução nº 130/97, que estabelece novos limites e condições para as operações de crédito e os dispêndios com a dívida pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios"; "Projeto de Resolução nº 131/97, que estabelece novos limites e condições para as operações de crédito da União e dos dispêndios com a dívida pública federal"; "Projeto de Resolução nº 66/98, que autoriza que seja realizada operação de crédito externo, no valor de 76 milhões de dólares, de principal, entre a prefeitura municipal de Porto Alegre e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), des-

tinada ao financiamento, parcial, do Programa de Desenvolvimento Municipal; "Projeto de Resolução nº 67/98, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até 150 milhões de dólares, destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS II)"; "PLC nº 16/98, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 4ª Região, terceiro dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 6 e 11/98, que incluem no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta"; "Projeto de Resolução nº 35/98, que autoriza a União a realizar operação financeira que visa ao ressarcimento de créditos brasileiros junto à República de Gana"; "Projeto de Resolução nº 59/98, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 240 milhões, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil e o BID, destinada ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil"; "Projeto de Resolução nº 60/98, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 130 milhões, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil e o BID"; e "Substituto ao Projeto de Resolução nº 25/97, que altera a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamento

COMISSÕES

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: "Relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996, relatório à Mensagem nº 100/98-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o Aviso 29/98, do ministro de Minas e Energia, com esclarecimentos sobre o subprojeto de responsabilidade da Eletroforte, a construção da Usina Hidrelétrica Manso e relatório apresentado às Mensagens nºs 138 e 140, que submetem à deliberação do Congresso Nacional os Avisos nºs 83/98 e 134/98, que prestam esclarecimentos sobre subprojetos de responsabilidade do Ministério dos Transportes, nos termos do parágrafo 1º do art. 5º da Lei nº 9.598 (Lei Orçamentária do exercício de 1998)"; Plenário 2, Anexo II - Câmara dos Deputados
10h30 - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: "PLC nº 5/98, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

Sexta-feira (19.6.98)
9h - Sessão não deliberativa
Segunda-feira (22.6.98)
14h30 - Sessão não deliberativa
Terça-feira (23.6.98)
14h30 - Sessão não deliberativa
Quarta-feira (24.6.98)
14h30 - Sessão não deliberativa
Quinta-feira (25.6.98)
14h30 - Sessão não deliberativa
Sexta-feira (26.6.98)
9h - Sessão não deliberativa

Senado encerra votação da imunidade parlamentar

O plenário do Senado deve realizar hoje, em sessão convocada para as 10h, a segunda e última votação da proposta de emenda constitucional que limita a imunidade dos deputados e senadores. Se aprovada, a emenda será enviada à apreciação da Câmara dos Deputados, também em duas votações.

Trata-se de um substitutivo que o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou a nove emendas constitucionais de senadores que tratavam do mesmo assunto. Com a mudança,

ficará mais fácil para o Supremo Tribunal Federal abrir processo contra deputado ou senador. Pelo texto, o STF ficará autorizado a tomar a iniciativa se a Câmara ou o Senado não se manifestar sobre o pedido de abertura do processo em 120 dias.

Os deputados e senadores continuarão com imunidade por suas opiniões, palavras e votos. No entanto, se a acusação contra o parlamentar se referir a fato ocorrido antes de sua posse no Congresso, não haverá imunidade.

Plenário aprecia novas regras para empréstimos

Consta da Ordem do Dia de hoje, para discussão e votação, o projeto de resolução que fixa regras mais rígidas para o Senado aprovar operações de crédito da União, dos estados e dos municípios. Entre outras coisas, a resolução determina que os estados e os municípios façam leilões eletrônicos quando forem contratar operações de crédito conhecidas por ARO - antecipação de receita orçamentária.

Votada na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos, a resolução estabelece que os estados só poderão se endividar em valor equivalente a um ano de receita. Os municípios ficarão autorizados a

contrair dívidas de, no máximo, 20% de sua receita líquida anual.

A proposta original foi apresentada pelo senador Espereidião Amin (PPB-SC), mas recebeu substitutivo do relator, senador Vilson Kleinübing (PFL-SC). Ao defender o substitutivo, Kleinübing lembra que a atual legislação permite a abertura de exceções na contratação de empréstimos pelos estados e municípios. Assim, conforme o senador, da exceção para cumprimento de pontos menos importantes passou-se ao descumprimento também de exigências fundamentais.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes
Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marlúcio Pinto
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editor-Chefe - Djalba Lima
Editores - Marcos Magalhães, Mariuz Vaz, Sylvio Gue-

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Durante encontro com representantes de universidades, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reiterou a disposição de só colocar em votação depois do fim da greve projeto que beneficia professores

Reitores discutem gratificação com ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na tarde de ontem uma comissão de reitores de universidades, aos quais reiterou sua posição de que a votação do projeto de aumento da gratificação dos professores na Casa dependerá da suspensão do movimento grevista da categoria.

Segundo José Ivonildo Rego, reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o senador deixou claro que a votação só acontecerá diante de compromisso dos professores de encerrar a greve.

Os reitores assinalaram que Antonio Carlos demonstrou estar aberto a negociações para melho-



Antonio Carlos disse aos reitores que está aberto a negociações

rar o projeto. Segundo Rego, o ministro da Educação, Paulo Renato, compareceu ao gabinete e foi recebido pelo senador, em outra sala, durante a audiência com os reitores.

Compareceram à audiência o presidente do Conselho de Reitores das

Universidades Brasileiras, José Carlos de Almeida, o vice-presidente da Andifes, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, e os reitores Milka Severina Pereira, Vrana Panizzi, Ermidio Cantídio, Gustavo Balduino, Arthur Obino e Luis Felipe Serpa.

Júnia lamenta falta de diálogo

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) lamentou ontem a forma autoritária com que setores do governo federal teriam tratado a greve dos professores universitários. "A greve completa 77 dias sem nenhuma possibilidade de diálogo com transparência e seriedade por parte do governo federal", afirmou.

Júnia também disse estar preocupada com os desdobramentos da greve, sendo o mais grave deles a paralisação iminente dos hospitais universitários, principalmente o Hospital das Clínicas de Belo Horizonte. Ela lembrou que este hospi-

tal é referência nacional em transplantes de medula. "A greve já atinge os hospitais universitários e o Hospital das Clínicas de Belo Horizonte está prestes a deixar de atender a população devido à falta de sensibilidade do governo", avaliou.

A senadora fez um alerta ao Ministério da Educação no sentido de que uma paralisação dos hospitais universitários traria "sérios prejuízos" à população que depende desse atendimento. Júnia disse estar solidária com os professores, pois não estariam reivindicando nada além de uma reposição salarial.

Pedido de vista na CCJ adia decisão sobre voto distrital

Pedido de vista do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) adiou ontem o exame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), da proposta de emenda constitucional do senador licenciado José Serra (PSDB-SP) que institui o sistema eleitoral distrital misto. Dutra defendeu a necessidade de se levar em consideração, no exame da matéria, o trabalho produzido pela comissão especial do Senado que estuda a reforma político-partidária.

Ao concordar com a posição de Dutra, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sustentou que o sistema distrital misto não poderia ser discutido isoladamente. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou a mesma opinião e lembrou que a comissão da reforma política discutiu outros temas importantes, como o finan-

ciamento das campanhas e as limitações para a criação de partidos políticos.

A proposta de Serra estabelece que parte dos lugares na Câmara dos Deputados será destinada a representantes eleitos em distritos uninominais, pelo critério majoritário, sendo os lugares restantes preenchidos pelos candidatos eleitos pelas respectivas legendas partidárias. O substitutivo do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), estabelece que 75% das vagas serão destinadas a representantes eleitos nos distritos e 25% aos eleitos pelo sistema proporcional.

Segundo Fogaça, com o sistema distrital misto será mais fácil fiscalizar o abuso do poder econômico na hora da conquista dos votos, já que o excesso da aplicação de recursos em áreas restritas gerará desconfiças.



Suplicy pede paz na Guiné

Suplicy faz seu milésimo discurso

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez ontem seu milésimo discurso em sessões do Senado, quando subiu à tribuna para falar da guerra civil na Guiné-Bissau. Atual líder do Bloco Oposição, Suplicy falou ainda por 57 vezes nas sessões do Congresso Nacional desde que assumiu o cargo, no início de 1991, conforme levantamento da Subsecretaria de Informação e Documentação do Senado.

Suplicy discursa em quase todas as sessões do Senado, abordando temas que vão da defesa das liberdades democráticas à política econômica e à erradicação da miséria. O senador paulista é considerado o maior defensor da instituição da renda mínima no Brasil, pela qual famílias pobres terão complemento salarial do governo federal e das prefeituras. Recentemente, o Congresso aprovou projeto com esse objetivo, já sancionado pelo presidente da República, o qual beneficia famílias que mantêm filhos menores nas escolas.

Rejeitada mudança em inelegibilidade

Depois de uma hora de debate, o plenário do Senado rejeitou ontem proposta de emenda constitucional que alteraria as normas da lei de inelegibilidades e permitiria a candidatura de cunhados e de pais do sogro ou da sogra de governadores, prefeitos e presidente da República. A proposta, que havia sido aprovada pela Câmara, recebeu 46 votos a favor, 20 contra e uma abstenção. Para passar, a emenda deveria ter recebido pelo menos 49 votos favoráveis.

Nove senadores manifestaram-se durante a discussão da matéria, que tinha parecer favorável do relator na CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA). O senador Romero Jucá (PFL-RR) apresentou requerimento para adiar a votação da matéria por 30 dias, ponderando que muitos diretórios já indicaram candidatos, e se a emenda fosse aprovada, as regras da próxima eleição estariam sendo alteradas quando o processo já começou. O requerimento foi rejeitado.

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) defendeu a aprovação da emenda constitucional, afirmando que no Maranhão a governadora voltou a casar com seu ex-marido para que o irmão dele não pudesse se candidatar. "O Senado tem de votar o assunto. Ele já foi adiado demais", argumentou Cafeteira. O líder do PMDB, senador Jader

Barbalho (PA), liberou a banca, mas manifestou-se a favor da eleição de qualquer parente. "Depois que foi permitida a reeleição no Brasil, impedir qualquer parente de se candidatar é um verdadeiro absurdo jurídico", assinalou Jader. A mesma opinião foi apresentada por Bello Parga (PFL-MA) e Ramez Tebet (PMDB-MS), mas Parga considerou inoportuno mudar a regra e eleitoral quando já foi aberto o período de convenção dos partidos para indicação de candidatos.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) discursou contra a emenda, justificando que "cunhados de governadores e prefeitos às vezes são os mais fortes integrantes de clãs políticos". Esperidião Amin (PPB-SC), que defendeu a mudança na inelegibilidade, lembrou que ele próprio havia apresentado emenda sobre o assunto, a qual tramitava em conjunto com a matéria que pouco depois seria rejeitada.



Romero Jucá

Aprovadas indicações de oito embaixadores

O plenário aprovou ontem a indicação do presidente da República para oito novos embaixadores brasileiros em outros países e três ministros para o Tribunal Superior do Trabalho. Os ministros são Carlos Alberto Reis de Paula (até agora no TRT de Belo Horizonte), Gelson de Azevedo, atualmente juiz do TRT de Porto Alegre, e Gilson Langaro Dipp, também de Porto Alegre.

Os embaixadores aprovados são Armando Sérgio Frazão, para a Irlanda; José Olympio Rache de Almeida, para a Finlândia; Orlando Galvêas Oliveira, para a Namíbia; Paulo Dyrceu Pinheiro, para a Cingapura; Sérgio Barcellos Telles, para o Líbano; Márcio Paulo de Oliveira Dias, para Luxemburgo (acumulará com o cargo de embaixador na Bélgica); Roberto Soares-de-Oliveira, para o Principado de Liechtenstein (acumulado com a Suíça), e Antonio Augusto Dayreil de Lima, para a República de Vanuatu e Papua Nova Guiné (junto com a Austrália).

O plenário aprovou ainda a renovação de funcionamento, por mais dez anos, de quatro emissoras de rádio: Patriarca de Cassilândia (MS), Rádio ABC, de Santo André (SP), Comercial de Presidente Prudente (SP) e Cidade Jandaia do Sul (PR). Relataram favoravelmente os projetos de decreto legislativo os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Romeu Tuma (PFL-SP) e Coutinho Jorge (PSDB-PA).

Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, Gustavo Franco disse que as receitas da privatização estão garantindo a cobertura de parte da dívida interna, mas reconheceu o desafio das contas públicas para os próximos anos

Presidente do BC não quer alarmismo sobre déficit

O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, disse ontem, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), que é preciso "reduzir alarmismos" sobre o déficit público, pois as receitas de privatização têm garantido a cobertura de parte da dívida interna. O déficit é da ordem de 6% do Produto Interno Bruto (PIB), o que representa R\$ 50 bilhões pelo conceito nominal, que inclui pagamento de juros. Franco reconheceu, no entanto, que o problema das contas públicas é um desafio para os próximos anos, devido à futura redução das próprias receitas das privatizações.

Na exposição, que antecedeu os debates com os senadores, Gustavo Franco afirmou que a preservação das linhas mestras da política econômica trará, provavelmente, uma recuperação da atividade econômica

no segundo semestre, sem que isso resulte em qualquer pressão sobre os índices de inflação. A inflação deste ano, informou, di-



Gustavo Franco previu na CAE uma recuperação da atividade econômica

O Brasil, segundo Gustavo Franco

- A inflação anual foi de 2.489,1% em 93, baixando para 4,3% em 97
- Os salários reais cresceram 30% entre 93 e 97
- A massa salarial cresceu 13% de 93 a 97
- As receitas de privatizações eram de R\$ 13 bilhões em 93 e passaram para R\$ 32,9 bilhões
- Os investimentos diretos estrangeiros eram de US\$ 4,5 bilhões de 1984 a 1987 e passaram para US\$ 33,3 bilhões no período entre 1994 e 1997

ficilmente vai ultrapassar 4%.

O presidente do BC fez um histórico da situação do país antes e depois do Plano Real. Antes do

real, observou, o modelo econômico era baseado no desenvolvimento do Estado, que conduzia programas de investimento no setor público e privado. A emissão de moeda e a consequente inflação eram fundamentais para esse modelo, que teve sucesso ao industrializar o país, mas gerou uma enorme desigualdade social. Antes, o diagnóstico para a desigualdade

era a má distribuição de renda, ou ainda o regime militar e a política salarial, mas, com o tempo, verificou-se que era a inflação. O resultado foi a hiperinflação, considerada por Franco "uma patologia", que revelou o esgotamento daquele modelo econômico. Com o real, a estabilização se baseou em dois pilares: o processo de privatização e o aumento da produtividade.

CRISE DA ÁSIA

A crise no continente asiático forçou o governo brasileiro a adotar medidas como o aumento das taxas de juros, para atrair investimentos externos, justificou Gustavo Franco. "Graças à política de juros, podemos ter perdido um quadrimestre de crescimento, mas deixamos de perder uma década inteira, como ocorreu, por exemplo, em 1982, quando o Brasil não se preparou nem soube se defender de um choque externo e terminou inadimplente em seus compromissos internacionais e marginalizado da economia global", afirmou.

Para Gustavo Franco, a ques-

tão da "dependência" de capitais estrangeiros é tão antiga quanto enganosa. "Qualquer país pode, em tese, reduzir essa 'dependência' a níveis mínimos, e alguns países de fato tentaram estratégias desse tipo, todos eles registrando fracassos retumbantes", acentuou, acrescentando que "seria tolice dispensar a poupança externa".

O Banco Central, observou Franco, tem utilizado diversas restrições à entrada de capitais externos de curto prazo, melhorando a qualidade dos que ingressam no país. Uma das restrições é o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), com alíquotas entre 1% e 7% para certos tipos de entrada desses capitais. Atualmente, o IOF incide com alíquota de 2% sobre os investimentos estrangeiros nos fundos de renda fixa para capitais estrangeiros e também em créditos nas contas correntes em reais de titularidade de não residentes no país, as chamadas CCs. Essas medidas garantirão o nível das reservas internacionais, de US\$ 74,6 bilhões em abril deste ano, pois o capital que deixou o país não era de boa qualidade e foi insignificante.

Senadores expressam preocupação com as contas públicas

No debate do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, com os senadores integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o assunto que prevaleceu foi a situação das contas internas e externas do país. O senador Jefferson Péres (PSDB-AM), autor do requerimento para que o presidente do BC fosse à comissão, comparou a situação do país a um grande e potente navio que poderia navegar em alta velocidade, não fossem dois rombos no casco: o déficit público e o déficit em conta corrente.

Jefferson quis saber de Gustavo Franco se a eliminação da chamada cunha fiscal — que é o complexo de impostos sobre operações financeiras — traria redução dos juros, ganhos financeiros e a consequente diminuição da divi-

da pública. Perguntou ainda sobre a questão dos altos juros cobrados pelo mercado e sobre a fixação de metas fiscais trimestrais pelo governo, com acompanhamento de uma comissão do Congresso. A questão da cunha tributária também foi levantada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O presidente do BC disse que a cunha fiscal "é uma questão controversa". Ele considerou a pergunta "difícil" e questionou se a isenção do Imposto de Renda nas operações financeiras provocaria a queda dos juros com a mesma intensidade. Disse que são poucos os casos em que residentes no exterior poderiam ficar isentos desses impostos, pois as operações para esse fim seriam complicadas. Da mesma forma, se tornaria complexo acabar com a cunha



Jefferson pediu a audiência

fiscal para os investidores estrangeiros que atuam nos fundos de renda fixa.

Sobre as altas taxas de juros cobradas pelo mercado, Gustavo Franco afirmou que só com o tempo esse quadro irá mudar, pois é uma herança da época inflacionária. Ele considerou a imagem do navio, exposta por Jefferson, verdadeira, mas observou que há tempo para combater o problema. Criticou o processo orçamentário, dizendo que o Orçamento é feito com base em leis ultrapassadas, que não incorporaram avanços na contabilidade pública, com novos concei-

tos de déficits primário, nominal e operacional.

A autonomia do BC está ocorrendo no mundo inteiro, observou Franco, que considerou interessante a proposta de atuação do Executivo junto com o Congresso na redução da dívida pública. O senador Jefferson Péres manifestou preocupação com a incerteza que se gera no país a cada eleição presidencial e Franco defendeu a regulamentação de lei para que o mandato da diretoria do BC não coincida com o do presidente. Esse dispositivo ajudaria a manter a política cambial e monetária sem tantas incertezas.

Suplicy criticou declarações de Franco, feitas na Suíça, onde ele teria alertado para uma instabilidade no mercado caso vença a eleição presidencial o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. O senador também apresentou indicadores de aumento do desemprego nas regiões metropolitanas, crescimento de problemas sociais e de saúde pública, e ainda o endividamento interno e externo.

O presidente do BC afirmou que está faltando "certa serenidade"

para se avaliar as declarações das autoridades econômicas. "Defendemos a política que praticamos, somos atacados de forma contudente pela oposição e às vezes respondemos no mesmo tom", observou. Segundo Franco, as declarações que deu na Suíça alertaram para os planos dos investidores estrangeiros no país, que serão afetados caso vença a oposição. Ressaltou, porém, que os investidores admiram a democracia e aceitam qualquer resultado eleitoral.

Quanto aos indicadores econômicos apontados por Suplicy, Franco observou que agora "vão surgir números de todos os tipos". Ponderou que o desemprego tem, na verdade, atingido os grandes centros, mas os empregos estão surgindo no interior e no Nordeste. As taxas de desemprego aferidas pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não captam esse deslocamento dos postos de trabalho para o interior, acrescentou.

Kleinübing cobra mais austeridade

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) cobrou ontem uma insistência maior no combate ao déficit público. "Tenho visto muito pouco esforço desta Casa e do Executivo para controlar o déficit público", observou o senador, durante o debate na Comissão de Assuntos Econômicos com o presidente do Banco Central, Gustavo Franco (ver página 4).

Para Kleinübing, "o clima não está bom" em termos gerais no país. Ele citou observação de uma senhora de Blumenau (SC), que lhe alertou: "Senador, tem alemão pedindo esmola". Ele concluiu que isso demonstra algo de errado com a situação econômica.

— O Brasil está trabalhando para pagar juros. É preciso mais empenho no combate ao déficit público e também à evasão fiscal — afirmou.

Gustavo Franco lembrou que a emissão de títulos públicos é sempre tomada como receita e não como despesa e que isso contribui para o aumento da dívida. O presidente do BC concordou que é importante que Executivo e Legislativo trabalhem juntos nesse processo.

O presidente da CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), solidarizou-se com Kleinübing e voltou a criticar as altas taxas de juros, que impedem o crescimento econômico. "Poderia haver uma injeção a um sistema mais justo, pois essas taxas de juros aumentam a inadimplência e aí é impossível que esse país agüente por muito tempo", alertou.

Já o senador Osmar Dias (PSDB-PR) chamou a atenção de Franco para o processo de privatização do Banco do Estado do Paraná, que, segundo denúncias, realizou várias operações irregulares e está com um rombo de R\$ 1,8 bilhão. Franco garantiu que o processo de privatização do banco é paralelo à fiscalização do BC e que se levará em conta qualquer irregularidade na realização da operação.

Bello Parga (PFL-MA) perguntou a respeito de um suposto regresso da *overnight* mas o presidente do BC negou o regresso do *over*, explicando que em momentos de nervosismo os juros ficam elevados e o BC oferece papéis com juros Selic, que são pós-fixados.

Acordo proposto pela ONU e assinado pelo Brasil permite a realização de inspeções nos países signatários com o objetivo de evitar a utilização da energia atômica para fins bélicos

CRE aprova tratado antinuclear

"Estamos fazendo um pacto com Deus, não se trata de medida de força", afirmou ontem o presidente interino da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Romeu Tuma (PFL-SP), logo após a comissão ter aprovado parecer favorável do senador José Agripino Maia (PFL-RN) ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares. O plenário ainda deverá se posicionar sobre o assunto.

O tratado, proposto pela Assembleia Geral das Nações Unidas e concluído em Nova York, em 24 de setembro de 1966, obriga os países que o ratificarem a não realizarem nenhuma explosão experimental de armas nucleares ou qualquer outra explosão nuclear em território sob sua jurisdição ou controle.

Agripino entende que o tratado representa mais um ponto de partida que um ponto de chegada:

— Os Estados amantes da paz desejaríamos, sem dúvida, dar o seu aval a um texto mais ambicioso e eficaz, que fosse capaz de levar à destruição completa dos arsenais



Para o presidente da CRE, Romeu Tuma, decisão significa "um pacto com Deus"

nucleares das potências que mantém o mundo em estado de alerta pela eventualidade de danos em escala planetária — disse.

Ele considera que, por meio de iniciativa desse porte, a humanidade poderá livrar-se de tensões como a que a Índia e o Paquistão provocaram recentemente, através da explosão de artefatos nucleares a título de experiências.

O senador destacou o cuidado

dos que elaboraram o documento, ao estabelecer que os dispositivos do tratado devem ser implementados de modo a não tolher o desenvolvimento econômico e tecnológico, com vistas ao aprimoramento posterior da aplicação da energia nuclear para fins pacíficos.

INSPEÇÕES

Agripino Maia destacou que cada país tem o direito de pedir uma inspeção *in loco* no território ou

em qualquer outro lugar sob a jurisdição ou controle de um dos Estados signatários do tratado. No entanto, ressaltou, "o objetivo exclusivo de uma inspeção *in loco* será o de esclarecer se um teste de explosão de uma arma nuclear ou qualquer outra explosão nuclear foi realizada em violação do tratado e, na medida do possível, colher quaisquer fatos que possam auxiliar na identificação de uma possível violação".

Segundo exposição de motivos do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, o Brasil, juntamente com a maioria dos membros da comunidade internacional, vem negociando os termos do tratado há quatro décadas. O ministro observou que, embora não represente o ideal, o documento "é o melhor que se poderia conseguir nas atuais circunstâncias".



Kleinübing

Autorizada criação de 50 varas federais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem o parecer do relator, senador Esperidião Amin (PPB-SC), favorável ao projeto de lei de iniciativa do Superior Tribunal



Das 50 varas, 36 são para a região Sul do país

de Justiça que cria nova estrutura para a Justiça Federal de Primeiro Grau da 4ª Região. Caso a matéria seja aprovada também em plenário, serão criadas 50 varas, com os respectivos cargos de juiz federal e de juiz federal substituto.

Do total de 50 novas varas a serem criadas, 16 passarão a funcionar no Rio Grande do Sul, 15 no Paraná e sete em Santa Catarina. As 12 restantes, sem localidade especificada, serão implantadas gradativamente, de acordo com as necessidades do serviço e a critério do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Ao alegar inconstitucionalidade, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou voto em separado, suprimindo o inciso que criava as 12 varas sem especificação de localidade. Seu voto foi rejeitado pela maioria dos senadores da CCJ, que preferiram acompanhar o parecer do relator.

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Romeu Tuma (PFL-SP), Francelino Pereira (PFL-MG), Ramez Tebet (PMDB-MS) e José Fogaça (PMDB-RS) defenderam a aprovação do projeto.

Ao apresentar o seu relatório, o senador Esperidião Amin disse que "o poder de realocar varas é um ato de sensatez administrativa".

Região Integrada de Teresina vai reunir treze municípios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) favorável a projeto que autoriza o Executivo a criar a Região Integrada da Grande Teresina, no Piauí, e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da região.

De autoria do senador Hugo Napoleão (PFL-PI), o projeto quer articular e harmonizar as ações administrativas da União e dos estados do Piauí e do Maranhão. A região será constituída de 12 municípios piauienses e de um maranhense.

A proposta de Napoleão busca unificar as normas relativas aos serviços públicos de responsabilidade dos estados, dos municípios e da União na área abrangida pela região integrada. Essa unificação seria feita

no âmbito de tarifas, fretes, seguros, linhas de crédito, isenções fiscais e programas de geração de emprego. As receitas para a execução dos programas e projetos da região terão como fonte os recursos orçamentários da União, dos estados e dos municípios e os convênios a serem firmados entre a União e os estados do Piauí e do Maranhão.

Na justificativa do projeto, Hugo Napoleão lembra que Teresina é um pólo de atração e influência não apenas em relação aos 221 municípios do Piauí, mas também sobre boa parte dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, o que exige o apoio do governo federal nas decisões para a superação dos problemas sociais, econômicos e urbanos que se acumularam ao longo dos últimos 50 anos na cidade.

Suplicy diz que a capital federal tornou-se a cidade onde o homenageado sonhou concretizar a união entre ricos e pobres, negros e brancos, nordestinos e sulistas

Plenário aprova pesar por Lúcio Costa, o arquiteto da integração dos brasileiros

O Senado Federal aprovou ontem a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, ocorrido no último dia 14. O voto foi pedido pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Na defesa de seu requerimento, Suplicy disse que Lúcio Costa foi um dos maiores arquitetos e urbanistas do país. Para o senador, somente o prédio do Ministério da Educação, construído em 1936 no Rio de Janeiro, e o conjunto arquitetônico da Pampulha e a Igreja de São Francisco, ergui-

dos em 1942 em Belo Horizonte, já eram "obras de inédita plasticidade, sendo suficientes como contribuição à nossa cultura".

"Lúcio Costa escreveu uma das mais belas páginas do urbanismo — um plano simples e harmonioso", destaca o requerimento

Em 1957, juntamente com Oscar Niemeyer, Lúcio Costa ganhou o concurso internacional para a construção de Brasília. Para

o senador, "Brasília tornou-se uma realização incomparável no tempo e no espaço, cidade indizível onde Lúcio sonhou concretizar a união de seus habitantes, berço onde se deu a simbiose entre nordestinos e sulistas, ricos e pobres, negros, brancos e imigrantes dos mais diversos cantos do mundo".

Suplicy destacou que a estrutura arquitetônica e as soluções urbanísticas apresentadas por Lúcio Costa "demonstram o de-

signio da comunhão de todos".

— Graças à concepção do grande arquiteto e urbanista e, sobretudo, humanista, a cidade planejada deveria ser capaz de propiciar a criação de uma nova geração de brasileiros, em que o preconceito não mais existiria — afirmou o senador.

Para Suplicy, na invenção de Brasília, "Lúcio Costa escreveu uma das mais belas páginas de urbanismo, um plano simples, harmonioso, moderno e funcional".



Dutra critica desinformação

Dutra lamenta erro em notícia sobre viagem de parlamentares

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) protestou ontem contra a forma como seu nome foi veiculado em noticiário da Rede Globo pelo jornalista Ricardo Boechat. Segundo Dutra, o jornalista afirmou que, "a pretexto de uma conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sete deputados e três senadores estão em uma festa, se deliciando em Genebra com dinheiro do contribuinte". Foram citados nominalmente o próprio Dutra e o deputado Jair Meneghelli (PT-SP).

— O intuito da acusação é óbvio. O problema é que quem está sendo atacada é a instituição — reclamou o senador.

Para Dutra, pior que uma mentira é uma meia verdade. Segundo ele, a informação veiculada na televisão afirmava que os deputados e senadores levaram suas esposas e que a embaixada do Brasil em Genebra estava organizando atividades para elas.

O senador ponderou que alguns parlamentares realmente levaram suas esposas, mas suas passagens e estadas foram pagas com dinheiro dos próprios deputados e senadores. Lamentou que a notícia induzia o ouvinte a pensar que o Congresso pagou também as passagens dos cônjuges.

Dutra disse que, se a intenção da emissora de TV fosse fiscalizar os parlamentares, poderia ter enviado uma equipe a Genebra, como fizera alguns anos atrás com o ex-ministro do Trabalho Antonio Rogério Magri.

— Veria então que os parlamentares citados podiam facilmente ser encontrados no plenário ou nas comissões sobre o trabalho infantil, sobre a subcontratação e a comissão de resoluções — concluiu Dutra, que prometeu para breve um relato da visita à OIT.

O presidente da sessão, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), lamentou o fato de a sociedade brasileira estar exposta a tal processo de desinformação. Melo afirmou que a Mesa lamentava também que alguns jornalistas neguem à sociedade brasileira o direito de ser corretamente informada.

Maranhão pagou por obra inexistente, diz Cafeteira

"O Maranhão está enfermo de democracia", afirmou ontem o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), ao registrar que a governadora Roseana Sarney teria pago R\$ 33 milhões pela construção da rodovia 008, no trecho entre Paulo Ramos e Arame, que "simplesmente" não existe. "Ela está usando sua maioria na Assembleia Legislativa do estado para impedir quaisquer providências legislativas contra esses pagamentos ilícitos", afirmou.

Cafeteira garantiu que "a prova mais cabal de que a estrada não foi feita é o fato de que, somente em maio passado, o governo do Maranhão mandou realizar a licitação para o projeto de engenharia da estrada. "Essa não é uma acusação política, é jurídica; por isso estou apresentando cópia da representação que o presidente do PPB maranhense, deputado Aderson Lago, apresentou hoje (ontem) ao procurador-geral da República, denunciando crime de peculato cometido pela governadora Roseana Sarney", relatou.

Cafeteira disse que "a governadora chegou a desviar dinheiro do programa de auxílio à criança e ao adolescente para quitar notas frias das empresas Planor Empreendimentos Imobiliários e EIT (Empresa Industrial e Técnica S/A), por conta das obras de terraplenagem e pavimentação da rodovia de 127 qui-

lômetros, entre os municípios de Paulo Ramos e Arame, conforme prestações de contas do governo maranhense, relativas aos anos de 95 e 96".

— A estrada não foi construída. Quem se der ao trabalho de ir até lá constatará esse fato, sem sombra de dúvida — afirmou Cafeteira, enfatizando a responsabilidade direta da governadora Roseana nos pagamentos feitos às empresas. "Por decreto seu, logo no início de seu governo, ela se tornou a ordenadora das despesas. Portanto, ao concretizar os pagamentos, a governadora sabia o que estava fazendo, concorrendo para que o pouco dinheiro do estado fosse subtraído de despesas tão necessárias como saúde, educação e moradia", acrescentou.

IMUNIDADE

Em resposta ao senador Edison Lobão (veja matéria ao lado) e à nota oficial do governo do Maranhão, Cafeteira disse que abre mão de sua imunidade parlamentar para que Roseana Sarney possa processá-lo.

O senador mostrou fotos da estrada que foi paga, mas que não teria sido construída, apresentou uma fita de vídeo e convidou todos os senadores que queiram ir até o local da suposta estrada a verificar pessoalmente a veracidade da denúncia, sem nenhum ônus para eles.



Cafeteira: fita de vídeo

Lobão aponta "motivação política" na denúncia

O senador Edison Lobão (PFL-MA) ocupou a tribuna para defender a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, das denúncias levadas ao plenário pelo senador Epitácio Cafeteira. Lobão disse que fazia a defesa na condição de correligionário, de líder político que ajudou na eleição da governadora e como amigo pessoal.

Para Lobão, as acusações têm "motivação meramente eleitoral e política", uma vez que a estrada teve início em 1990, antes mesmo da posse da governadora Roseana Sarney, ocorrida em 1995. "Se não, por que as denúncias não foram feitas na época?", questionou o senador.

Edison Lobão leu uma nota oficial do governo do Maranhão, datada de 28 de maio de 1998, em que o secretário de Comunicação, Antonio Carlos Lima, afirma que as obras na estrada foram feitas em períodos anteriores ao governo Roseana Sarney, que o contrato da estrada foi cancelado e aberta nova concorrência pública para conclusão da obra e que os débitos passados têm de ser honrados pelo estado.

A nota lida por Lobão diz, ainda, que o mesmo tem sido feito com a dívida de US\$ 400 milhões contraída pelo então governador Epitácio Cafeteira para ampliação do sistema de abastecimento de água de São Luís, "obra

que teve os recursos totalmente gastos e não foi concluída". Segundo a nota, não houve no contrato da estrada, que vem desde 1990, nenhuma denúncia relativa a superfaturamento. A nota lida por Lobão informa que a governadora determinou abertura de processo criminal e ação de danos morais contra o senador Epitácio Cafeteira e o deputado estadual Aderson Lago.

Em aparte, o senador Bello Parga (PFL-MA) disse que o acusador não revelou que o Tribunal de Contas do Maranhão aprovou todas as contas do governo Roseana Sarney de 1995 e 1996. "Bastou as pesquisas mostrarem que o senador Cafeteira estava em desvantagem em relação à governadora Roseana, que surgiu essa acusação sofisticada", concluiu Parga.

Lobão contestou ainda a acusação de que existe hoje no Maranhão um clima de coação e submissão, pelo fato de deputados estaduais terem assinado documento impedindo que uma comissão da Assembleia Legislativa fosse até a estrada confirmar *in loco* que as obras não foram realizadas. O senador lembrou que é difícil um ex-ocupante de cargo no Poder Executivo escapar de acusações graves e que o próprio Epitácio Cafeteira foi vítima desse tipo de acusação quando deixou o cargo de governador.



Lobão defende governadora

Proteger o Congresso Nacional do bug do milênio e contribuir para o aperfeiçoamento das atividades legislativas são os principais objetivos do novo centro de produção de programas

ACM inaugura Fábrica de Software

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, inaugurou ontem a Fábrica de Software e o Laboratório Vivo do Legislativo, iniciativas do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) que têm como objetivo proteger o Congresso Nacional dos problemas decorrentes do bug do milênio e contribuir para o aprimoramento das atividades legislativas, tanto em termos de eficiência quanto de redução de custos.

Depois de visitar as instalações da fábrica, em companhia dos senadores Geraldo Melo (PSDB-RN), Júnia Marise (PDT-MG), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Djalmir Bessa (PFL-BA) e Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), o senador Antonio Carlos Magalhães destacou que aquela unidade será um instrumento de apreciação das atividades do Legislativo e local onde "vão se processar as grandes reformas, inclusive as administrativas, do Senado e também do Congresso Nacional". Ele fez questão de parabenizar os servidores do Prodasen e destacar que "merece aplauso" o trabalho desenvolvido pela diretora-executiva do Centro, Regina Célia Peres Borges, e pelo diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia.

Com mais de 3 mil micros interligados em rede ao computador central, o Prodasen vai se apoiar nas 18 estações de trabalho da fábrica e setos quase 70 softwares, para reorientar sistemas e processos de trabalho na área do Legislativo, otimizando recursos humanos e infra-estrutura, reduzindo custos e melhorando a produtividade. O Laboratório Vivo do Legislativo, baseado na tecnologia da Fábrica de Software, teve sua criação moti-



Antonio Carlos elogiou, durante a cerimônia, os técnicos do Prodasen

vada pela necessidade de solucionar em tempo hábil o problema do bug do milênio, que deverá prejudicar o funcionamento dos programas de computador na virada de data para o ano 2000.

GANHA OCIDADÃO

Também falando durante a solenidade, o primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, enfatizou a importância da fábrica pela possibilidade de trazer ganhos reais para o cidadão. Referindo-se aos servidores do Prodasen, afirmou: "Estes certos de que estão ajudando a construir o Congresso do futuro, que espero seja capaz de entender o mundo novo que está nascendo, capaz de transformar as conquistas da tecnologia em ganhos reais que possam chegar à casa das pessoas na forma de maior bem-estar e de maior felicidade".

Já o primeiro-vice-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, afirmou que "o Senado, sob o comando do senador Antonio Carlos Magalhães, dá um passo para o futuro" ao inaugurar a Fábrica de Software. Para Ronaldo Cunha Lima, "o mundo segue célere, acompanhá-lo, exige um processo contínuo de atualização e aprimoramento das instituições, sejam

públicas ou privadas". Ele ressaltou que o Senado acompanha o seu tempo. "Ouso mesmo afirmar, com orgulho, que o Senado se adianta, ao disponibilizar os mais modernos recursos tecnológicos ao seu desenvolvimento operacional."

Por sua vez, a diretora-executiva do Prodasen, Regina Célia Peres Borges, destacou a possibilidade de o cliente buscar, na fábrica, soluções para seus problemas, pois é o servidor do Senado que vai definir quais as melhores rotinas para o seu processo de trabalho. Somente depois do aprimoramento do processo de trabalho, com a participação direta

do servidor, é que serão produzidos os softwares. "Nós não só descobrimos uma grande tecnologia para acelerar o desenvolvimento do Senado Federal, fomos além: esse processo antes de cuidar da informatização do sistema, cuida da saúde da organização," afirmou Regina.

ROTINAS SIMPLES

A Fábrica de Software do Senado permite que o usuário construa, em ambiente virtual, todo o seu processo de trabalho, desmembrando os processos complexos em rotinas simples. Com o conjunto de sua rotina representado graficamente nos computadores da fábrica, o usuário pode realizar simulações, identificando gargalos e ociosidades até atingir um processo otimizado de trabalho.

A segunda etapa do trabalho da fábrica é a produção propriamente dos softwares, que irão automatizar partes ou todo o processo definido pelo usuário. Esta produção de programas de computador é feita de maneira semi-automática, devido ao elevado grau de detalhamento conseguido na primeira etapa e pelo funcionamento da fábrica em linha de montagem.

O que é o bug

O bug do milênio é como convencionou-se chamar um conjunto de problemas que surgirão nos computadores na virada do século. Por economia de espaço nas memórias dos computadores, os campos referentes às datas nos programas de informática foram sempre definidos com dois dígitos, os números referentes às dezenas. Logo, nos programas, 1945 era identi-

ficado pelo número 45, 1998 pelo 98 e assim por diante. Sempre é acrescido o 19 na leitura dos campos de data. Portanto, o zero do ano 2000 vai significar 1900 — um século de diferença. São previstas sérias consequências para os programas que utilizam data para processar outras informações, como os de cálculos de juros, folhas de pagamentos e andamento de processos.

Abdias elogia trabalho de comissão

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) elogiou ontem o trabalho da comissão encarregada de avaliar as monografias que concorreram ao Prêmio Cruz e Sousa, destinado a homenagear os 100 anos de falecimento do poeta simbolista catarinense. Abdias reservou palavras especiais para o poeta Gerardo Mello Mourão, encarregado de avaliar 38 trabalhos na Categoria Geral, e que produziu um relatório definido pelo senador como um "pequeno e iluminado ensaio sobre a vida e a obra de Cruz e Sousa".



Abdias

Simon pede que rede Sarah chegue ao RS

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pleiteou ontem que o novo hospital da rede Sarah Kubitschek seja instalado no Rio Grande do Sul, afirmando



Simon

ser muito importante que a região e o Mercosul tenham a chance de contar com uma unidade da rede.

Simon lembrou que a instituição merece admiração porque é um hospital referência para o Brasil e para todo o mundo e "está dentro do espírito do Mercosul".

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o professor Tomio Kikuchi sobre alimentação para uma vida saudável
- 8h - Debate com a participação do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) e o diretor da TV Cultura de Ouro Preto, Claudio Magalhães, sobre a programação das TVs Educativas
- 9h30 - Entrevista com o professor Tomio Kikuchi sobre alimentação para uma vida saudável
- 10h - Sessão plenária deliberativa (vivo); votação do projeto que cria regras mais rígidas para o endividamento dos estados e municípios
- 13h15 - Debate com a participação do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) e o diretor da TV Cultura de Ouro Preto, Claudio Magalhães, sobre a programação das TVs Educativas
- 14h30 - Sessão plenária deliberativa (reapresentação)

- 18h45 - Entrevista com o professor Tomio Kikuchi sobre alimentação para uma vida saudável
- 19h30 - Debate com a participação do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) e o diretor da TV Cultura de Ouro Preto, Claudio Magalhães, sobre a programação das TVs Educativas
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - "Sete Dias na Política"
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - "Fala, Cidadão"
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão"

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 10h30 - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até às 7h30

Alves lamenta atraso em obras

O senador José Alves (PFL-SE) denunciou que o governo federal tinha conhecimento, desde o ano passado, da grande estiagem que o Nordeste está vivendo hoje. Na ocasião, as autoridades federais receberam estudos com essa previsão, realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e, mesmo assim, as obras hídricas previstas em 1997, para o corrente exercício, estão com atraso na liberação dos recursos.

Francelino Pereira apóia integração

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) aplaudiu a inclusão da integração rodoviária entre os estados de Minas, Goiás e São Paulo como projeto prioritário da segunda etapa do programa Brasil em Ação. Ontem, lembrou Francelino, lideranças políticas dos três estados estiveram no Planalto para agradecer essa iniciativa que possibilitará não somente a integração desses estados às demais regiões do Brasil, mas também ao Mercosul.

Emília cobra política agrícola

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) voltou a reivindicar ontem políticas claras e estratégicas dos atuais governos estadual e federal para evitar quedas na produção de grãos como as verificadas a partir de 1995. "Segundo dados oficiais do setor, a produção de grãos de arroz, milho, soja e trigo em 1994 era de cerca de 15,2 milhões de toneladas, enquanto em 1997 foi de apenas cerca de 13,5 milhões de toneladas, e a expectativa para 1998 é de que seja ainda menor", disse a senadora.

Benedita espera investimento social

O projeto de resolução que autoriza o estado do Rio de Janeiro a emitir letras do tesouro para o refinanciamento da dívida mobiliária do estado vence no segundo semestre de 1998 recebeu apoio da senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Ela espera que os recursos equilibrem as finanças fluminenses e permitam ao governo do estado investir na área social. "Os governos são sempre devedores, mas dificilmente os recursos vão para as áreas sociais", analisou.

Senadora Marluce Pinto entrega ao secretário executivo do Ministério do Trabalho um questionário sobre providências adotadas e aguarda respostas até o fim de junho

CPI pede ao governo informações sobre combate ao trabalho infantil

A presidente da CPI do Congresso que apura denúncias sobre o trabalho infantil no Brasil, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), entregou ao secretário-executivo do Ministério do Trabalho, Antonio Augusto Anastasia, uma lista de perguntas sobre a fiscalização e as providências do governo federal em relação ao problema. Segundo Marluce, as respostas serão fundamentais para que a CPI encerre suas atividades até o dia 13 de agosto, com um relatório completo de toda a situação.

A CPI reuniu-se no início da noite de ontem para ouvir os ministros do Trabalho e da Educa-



Marluce vê avanços na situação

ção, mas, devido à votação dos destaques da reforma da Previdência que acontecia ao mesmo tempo na Câmara dos Deputados, a relatora, deputada Célia Men-

des (PPB-AC), decidiu entregar a solicitação da CPI ao representante do Ministério do Trabalho. Ele terá prazo até o final deste mês para responder às perguntas.

Antonio Augusto Anastasia já tem um dossiê completo sobre as atividades da CPI, sobre as viagens e as constatações que fizemos *in loco* e sobre as providências daquela pasta em relação à fiscalização e punição para este tipo de exploração de menores - disse Marluce Pinto, ressaltando que as mesmas informações serão solicitadas ao MEC.

Ela lembrou que o Ministério da Educação é responsável pela criação de projetos que já estão

em andamento, inclusive com a adoção de programas de bolsa-escola, principalmente na Zona da Mata, em Pernambuco, e em Mato Grosso do Sul. Nestes estados se encontra a maior incidência da exploração de crianças e adolescentes "pela iniciativa privada e, mais precisamente, nas carvoarias", informou a senadora.

De acordo com Marluce Pinto, essa situação tem melhorado "devido ao empenho dos governos federal e estaduais e das prefeituras em solucionar ou, pelo menos, minimizar a questão, implantando os programas".

Lauro Campos quer convocar Mendonça de Barros para explicar venda da Telebrás

O senador Lauro Campos (PT-DF) apresentou à Mesa do Senado, ontem, requerimento em que pede a convocação do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, para dar explicações ao plenário sobre a privatização do grupo Telebrás.

Entre outras coisas, o senador quer que o ministro fale sobre o valor mínimo da *holding* estatal das comunicações, estimado pelo ex-ministro Sérgio Motta em US\$ 40 bilhões e fixado na semana passada pelo governo em R\$ 13,4 bilhões. Lauro Campos pondera que o

governo pretende dividir o grupo Telebrás em 13 partes e, desse jeito, "estará abortado o projeto de consolidação de um bem-sucedido modelo de sistema de telecomunicações, que alia a gestão empresarial à finalidade social das telecomunicações".



Lauro questiona valor mínimo

Amorim solicita ao procurador-geral a prisão do governador de Rondônia

O senador Emandes Amorim (PPB-RO) anunciou ontem, em plenário, ter encaminhado ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, uma representação pedindo a prisão do governador de Rondônia, Valdir Raupp, "em decorrência de seu envolvimento no desvio de recursos federais destinados ao estado, no âmbito do programa de privatização de empresas públicas estaduais", como afirmou.

Estou denunciando com fundamentos e entreguei documentos comprobatórios do envolvimento do governador à Procuradoria. Tenho certeza de que, desta vez, o procurador tomará providências - disse Amorim, lembrando já ter feito, no plenário do Senado, "muitas acusações de corrupção, desvio de recursos e pagamentos irregu-

lares a empreiteiras, no governo de Rondônia, sem que ninguém tenha tomado providências".

Para o senador, está faltando seriedade no governo federal. "Talvez o presidente Fernando Henrique Cardoso não conheça os fatos, mas certamente a equipe econômica está a par das muitas denúncias que já apresentei. A presente representação já foi julgada em 1ª instância na Justiça de Rondônia, onde foi decretada prisão preventiva de quatro empresários, um deles o cunhado do governador Raupp", concluiu.

INVESTIMENTOS

Em outro pronunciamento, o senador Emandes Amorim disse que o Brasil tem que melhorar as condições de educação, saúde, saneamento e habitação da população, para se habilitar à participação no fluxo dos investimentos no comércio e na



Amorim aguarda providências tecnologia decorrentes da globalização econômica.

O senador alertou para o fato de que os investimentos tendem a migrar para onde existam condições sociais compatíveis com padrões elevados de qualidade na produção.

Segundo o senador, as bases de um crescimento sustentável na atual conjuntura mundial depen-

dem da estabilidade econômica e de mudanças que promovam ganhos genuínos de competitividade, acompanhadas da recuperação da capacidade do Estado de executar políticas sociais eficientes, em bases descentralizadas e não clientelistas.

Em sua opinião, o estabelecimento de um modelo que atenda estas exigências pode propiciar ao Brasil uma oportunidade histórica de tornar-se um destinatário privilegiado dos investimentos produtivos do capital internacional. Neste sentido, observou, é necessário o aumento da oferta de mão-de-obra qualificada, além da exploração eficiente da parceria entre o setor público e o setor privado na infra-estrutura de energia elétrica, água, esgoto, transporte e telecomunicações.